

Preâmbulo

Em cumprimento das políticas de boa governação interna, o **CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA (CIP)**, apresenta o Relatório e Contas de 2013 acompanhado pelos Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes bem como um breve resumo do trabalho realizado pela organização no mesmo ano, de acordo com o Plano Anual, cujo referente é o Plano Estratégico (2010-2014). As principais actividades estão agrupadas em torno dos três principais pilares estratégicos do CIP, designadamente: Rastreio da Despesa Pública e Auditoria Social; Monitoria da Implementação da Legislação Anti-Corrupção e a Transparência na Indústria Extractiva.

1) Rastreio da Despesa Pública e Auditoria Social

Neste pilar, foram realizadas as seguintes actividades: Publicação dos resultados do Índice do Orçamento Aberto (OBI) de 2012; realização de rastreio da despesa pública em 14 distritos; produção de todos os relatórios de rastreio distrital e um resumo do relatório nacional; divulgação dos resultados de rastreio ao nível central; debate televisivo e publicação dos resultados do rastreio nos jornais; análise e publicações

dos Relatórios de Execução Orçamental de 2012; análise do relatório da Conta Geral do Estado (CGE) e parecer do Tribunal Administrativo; início do *Public Expenditure Tracking Survey* (PETS) no sector de educação e apoio institucional aos parceiros provinciais.

2. Reforma Anti-Corrupção

Neste pilar, foram realizadas as seguintes actividades: produção do Relatório Anual de Controlo da Corrupção em Moçambique; Monitoria da implementação do 'Pacote Anti-Corrupção'; pesquisa sobre 'Elefantes Brancos' no sector da Justiça – Palácios de Justiça; Publicação de notas para ampliação do uso da 'Base de Dados de Interesses Empresariais'; actividades de 'watchdog'; pesquisa sobre o processo de obtenção de licenças e do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para o exercício da actividade de exploração mineira em Moçambique e monitoria sobre os processos de *procurement* em Moçambique e análise da tendência das empresas vencedoras dos concursos: seus proprietários, ligações empresariais, tipos de ligações; análise aprofundada da Lei das Parcerias Público Privadas (LPPP); conclusão e publicação do

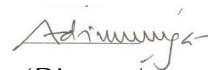
Relatório de Governação e Integridade de Moçambique. No sub-pilar de eleições, se destacam as principais actividades: cobertura eleitoral jornalística de todo o processo eleitoral nas 53 autarquias locais em Novembro de 2013; cobertura eleitoral jornalística da repetição do escrutínio eleitoral no município de Nampula em Dezembro de 2013; cobertura eleitoral jornalística da repetição do escrutínio eleitoral no município de Gurué e acompanhamento de todo o processo eleitoral na CNE/STAE em Maputo.

3. Transparência na Indústria Extractiva

Neste pilar, foram realizadas as seguintes actividades: Publicação do Boletim do Processos Políticos analisando os principais desafios do sector extractivo em Moçambique: *Moçambique tenta entrar na lista dos maiores produtores de carvão, sem infra-estruturas*; análise dos contratos entre o Governo e as empresas do sector extractivo em Moçambique: *Mega-projectos têm muitos e excessivos benefícios fiscais*; comentário à Revisão da Lei de Petróleo, *press Release* sobre transparência dos contratos; publicações de análises dos contratos da bacia do Rovuma: análise

do projecto de exploração de gás de Pande e Temane pela Sasol Petroleum Temane; estudo sobre o projecto de exploração de areias pesadas de Moma pela empresa Kenmare; comunicado de imprensa sobre a tributação das mais-valias da ENI por ter vendido parte dos seus activos na Bacia do Rovuma; comentários sobre as propostas de leis fiscais de Petróleos e Minas; análise dos novos Standards de EITI e seu impacto em Moçambique; capacitação de parlamentares sobre a gestão dos recursos naturais; acompanhamento da implementação da ITIE no país, através da participação no Comité de Coordenação da ITIEM; advocacia para a publicação (formal, dado que através do trabalho do CIP já eram do domínio público) dos contratos e garantia da transparência dos contratos nas leis de petróleo e de minas em revisão; participação e contribuição no debate sobre as seguintes políticas públicas: promoção de campanha nacional e internacional (no Contexto da conferência do ITIE em Sidney) para a transparência dos contratos do sector extractivo.

Adriano Nuvunga


(Director)

CIP – CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

“PROJECTO – JOINT FUNDING ARRANGEMENT”

MAPA DE RECEITAS E DESPESAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

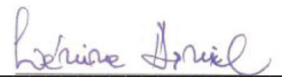
(Montantes expressos em Dólares Americanos)

	Orçamento 2013 (USD)	Real 2013 (USD)	Varição Real/Orçamento (USD)	Varição Real/Orçamento (%)
SALDO INICIAL	-	151.521	151.521	-
RECEITAS				
Transferências	1.760.679	1.471.436	(289.243)	(16%)
Pagamentos directos	-	51.000	51.000	-
Outras	-	10.448	10.448	-
	1.760.679	1.532.884	(227.795)	(13%)
TOTAL DE RECEITAS	1.760.679	1.684.405	(76.274)	(4%)
DESPESAS				

	Orçamento 2013 (USD)	Real 2013 (USD)	Varição Real/Orçamento (USD)	Varição Real/Orçamento (%)
Custos com o pessoal:				
Remunerações e encargos	602.546	595.637	(6.909)	(1%)
Subsídio de comunicações	5.581	4.462	(1.119)	(20%)
Subsídio de combustível	10.841	7.785	(3.056)	(28%)
	618.968	607.884	(11.084)	(2%)
Custos administrativos:				
Água e electricidade	3.714	3.068	(646)	(17%)
Material de escritório	14.641	14.407	(234)	(2%)
Desenvolvimento institucional	29.750	29.254	(496)	(2%)
Auditoria	20.000	18.720	(1.280)	(6%)
Manutenção e reparação de equipamentos e escritório	2.694	2.655	(39)	(1%)
Comunicação	25.229	25.408	179	1%
Subscrição	3.767	3.321	(446)	(12%)
Despesas bancárias	3.000	3.007	7	-
Renda de escritório	53.330	53.304	(26)	-
Segurança	11.929	9.738	(2.191)	(18%)
	168.054	162.882	(5.172)	(3%)
Custos de transporte:				
Combustíveis, lubrificantes e manutenção	13.860	8.004	(5.856)	(42%)
Seguro de viaturas	3.577	3.383	(194)	(5%)
	17.437	11.387	(6.050)	(35%)
Programas:				
Orçamento do Estado & Social "Accountability"	292.000	252.647	(39.353)	(13%)
Monitoria da implementação da legislação Ant.Corrupção	72.400	69.847	(2.553)	(4%)
"Public awareness"	12.000	12.039	39	0%
Relatório de Governance e Integridade	30.000	29.646	(354)	(1%)
Observatório de Direito	12.600	11.539	(1.061)	(8%)
Cobertura Eleitoral e Autárquicas	110.000	74.247	(35.753)	(33%)
Jornalismo investigativo	70.000	66.006	(3.994)	(6%)
Recursos naturais	146.000	144.999	(1.001)	(1%)
	745.000	660.970	(84.030)	(11%)
"Out Reach"	20.000	18.831	(1.169)	(6%)
Serviços externos	15.000	14.189	(811)	(5%)
Biblioteca	3.000	6	(2.994)	(100%)
"Homepage"	6.320	5.752	(568)	(9%)
Viagens nacionais	7.500	7.009	(491)	(7%)
Viagens internacionais	10.000	9.719	(281)	(3%)
Equipamentos	49.400	57.429	8.029	16%
Desenho do plano Estratégico	30.000	29.785	(215)	(1%)
Avaliação do Plano Estratégico 2010-2014	70.000	63.026	(6.974)	(10%)

	Orçamento 2013 (USD)	Real 2013 (USD)	Varição Real/Orçamento (USD)	Varição Real/Orçamento (%)
Outros custos	211.220	205.746	(5.474)	(3%)
TOTAL DE DESPESAS	-	2.587	2.587	-
SALDO FINAL	1.760.679	1.651.456	(109.223)	(6%)
	-	32.949	32.949	-

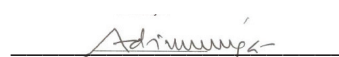
TÉCNICO DE CONTAS



(Lenine Daniel)



DIRECÇÃO



(Adriano Nuvunga)

	2013	2012
SALDO INICIAL	151.521	134.562
RECEITAS		
Transferências	1.471.436	1.538.613
Pagamentos directos	51.000	-
Outras receitas	10.448	17.773
TOTAL DE RECEITAS	1.532.884	1.556.386
DESPESAS		
Custos com o pessoal	607.884	536.223
Fornecimentos e serviços de terceiros	983.556	741.966
Compra de equipamento	57.429	-
Outros custos	2.587	261.238
TOTAL DE DESPESAS	1.651.456	1.539.427
SALDO FINAL	32.949	151.521
Representado por:		
Caixa	6.374	6.556
Bancos	47.841	95.797
Adiantamentos	-	67.003
Credores	(21.266)	(17.835)
	32.949	151.521

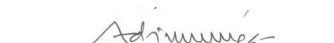
O TÉCNICO DE CONTAS



(Lenine Daniel)



A DIRECÇÃO



(Adriano Nuvunga)

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento do disposto nas alíneas A e B do artigo 17 dos Estatutos, examinamos o relatório de gestão da Direcção e as contas do

período 1.01.2013 a 31.12.2013, compreendendo estas a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública.

A Posição Financeira é representada

por USD 32.949 e verificou-se um excesso das despesas sobre as receitas.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu

a reuniões trimestrais, tendo ainda mantido outros encontros pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução do

Centro de Integridade Pública, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das actividades programáticas, bem como sobre os processos administrativos.

No exercício das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou ao longo do ano as actividades desenvolvidas pela organização e manteve contactos regulares com vista a obter informação de suporte dos valores constantes dos registos contabilísticos, tendo obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

Da verificação efectuada aos documentos que serviram de base para os registos contabilísticos e da análise efectuada ao relatório financeiro, o Conselho Fiscal é da opinião que os mesmos satisfazem de um modo geral, as disposições legais e estatutárias e concorda com as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- Se aprove a Execução Orçamental e a posição Financeira do Centro de Integridade Pública que vos são apresentadas.

O Conselho Fiscal expressa o seu agradecimento, pela colaboração dispensada, ao Conselho de Direcção, aos diversos responsáveis e demais colaboradores da organização com quem teve a oportunidade de contactar.

Maputo, 06 de Janeiro de 2013

Paula Mabunda

Paula Mabunda

Vogal

Ana Karina Cabral

Ana Karina Cabral

Presidente

Responsabilidades da Direcção pelas demonstrações financeiras

A Direcção do CIP – Centro de Integridade Pública “Projecto – Joint Funding Arrangement” é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras.

Para o devido cumprimento desta responsabilidade o Centro de Integridade Pública dispõe de sistemas de controlos administrativo e contabilístico para assegurar que as transacções são realizadas e escrituradas de acordo com as normas e procedimentos instituídos, em conformidade com o seu manual de procedimentos administrativos e financeiros.

As demonstrações financeiras anuais foram preparadas pelo Conselho de Direcção em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceites e na base de caixa.

As demonstrações financeiras auditadas do ano findo em 31 de Dezembro de 2012, foram aprovadas pelo Conselho de Direcção do Centro de Integridade Pública, em 20 de Janeiro de 2013 e vão se assinadas em seu nome por:

A DIRECÇÃO

Adriano Nuvunga

Adriano Nuvunga

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Descrição do Projecto

O Centro de Integridade Pública (CIP) estabeleceu-se em 2005 com o objectivo de contribuir para a promoção da Transparência, Boa Governança e Integridade em Moçambique. O CIP é uma pessoa colectiva, de direito privado, com fins não lucrativos, não partidária, independente, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, regendo-se por estatutos próprios e

pela demais legislação em vigor em Moçambique.

A organização foi fundada por um grupo heterogéneo de moçambicanos interessados em participar no aprofundamento da governação democrática no país. Entres eles, destacam-se jornalistas de investigação, académicos, juristas e cientistas sociais. O CIP actua na área da governação através da pesquisa, jornalismo investigativo, advocacia e monitoria, promovendo igualmente actividades de consciencialização pública. Em 2007, o CIP iniciou um Plano Estratégico de três anos que terminou em Julho de 2010. Este Plano Estratégico, de quatro anos (2010-2014) que termina no presente exercício financeiro, permitiu uma maior consolidação institucional do CIP e, através das suas actividades, uma maior visibilidade da actividade anticorrupção no país.

Missão

Contribuir para a promoção da integridade na esfera pública em Moçambique, através da denúncia da corrupção e de irregularidades, em geral, e da advocacia da consciencialização pública a favor das boas práticas na gestão do bem comum, como viés para o desenvolvimento sócio/económico e político do país.

Visão

Agentes públicos e privados a agirem com integridade e probidade na esfera pública, contribuindo para uma gestão pública democrática, transparente e em conformidade com a lei.

Objectivos estratégicos

Geral

Promover a Integridade, a Transparência, a Ética e a Boa Governança na esfera pública, assim como promover os direitos humanos em Moçambique.

Específicos

- Monitorar e participar em processos públicos e privados destinados à promoção da transparência, da integridade e da ética nos vários domínios da sociedade moçambicana, contribuindo para o desenvolvimento social e económico do país;
- Reunir informação e promover a investigação na área da corrupção, da governação, da integridade, da transparência e da defesa dos direitos humanos, usando a pesquisa académica e o jornalismo investigativo;
- Desenhar, implementar e avaliar projectos de intervenção social nas áreas mencionadas;
- Promover, através de debates e campanhas públicas, o desenvolvimento de práticas mais transparentes na gestão do bem público a todos os níveis da intervenção estatal;
- Dar assistência e facilitar a participação da sociedade civil em campanhas de promoção da ética e da transparência em Moçambique e no estrangeiro, através de capacitação, consciencialização, assistência directa, formação em jornalismo investigativo e direitos humanos, e monitoria da gestão do bem público.

2. Principais Políticas Contabilísticas

Os parágrafos seguintes descrevem as principais políticas contabilísticas aplicadas consistentemente ao projecto.

(a) Geral

O mapa de Despesas foi preparado

na base do princípio contabilístico de Caixa. De acordo com este princípio, as receitas são registadas quando forem recebidas e as despesas são apenas registadas na data em que os pagamentos forem efectuados.

(b) Convenção Contabilística

Os registos contabilísticos são preparados pelo princípio do custo histórico, sem quaisquer ajustamentos subsequentes para reflectir o impacto das mudanças de preços específicos ou a evolução do nível geral de preços.

(c) Equipamentos

As aquisições de equipamentos são registadas como despesas correntes do projecto na data do seu pagamento. Contudo, a organização mantém um inventário detalhado de todos os equipamentos adquiridos.

(d) Transacções em moeda estrangeira e nacional

A moeda de referência para o registo das transacções é o Dólar Americano. As transacções efectuadas em moeda Metical ou outra moeda estrangeira diferente do USD são convertidas para aquela moeda ao câmbio da data da transacção.

Embaixada da Holanda, Embaixada da Dinamarca, Embaixada da Noruega, Oxfam Novib (AGIR), Ibis, e International Research and Exchange Board (IREX), as quais compreendem o Mapa consolidado de receitas e despesas para o ano findo em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de receitas de USD 1.684.405, despesas de USD 1.651.456, bem como um saldo final de disponibilidades de USD 32.949), tal como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Direcção pelas demonstrações financeiras

A Direcção é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos divulgados. Esta responsabilidade inclui a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as

Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Direcção, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

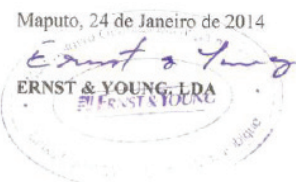
Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentaram de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do CIP – Centro de Integridade Pública – “Projecto – Joint Funding Arrangement” em 31 de Dezembro de 2013, bem como as receitas e despesas para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos divulgados.

Para além da nossa opinião, executamos também outros procedimentos conforme o previsto no âmbito do trabalho acordado na carta de compromisso assinada com o CIP – Centro de Integridade Pública “Projecto – Joint Funding Arrangement”, e concluímos que:

- a) Os relatórios financeiros emitidos no período em análise se apresentam numa forma verdadeira e apropriada; e
- b) Os fundos recebidos no período em análise foram usados de acordo com os objectivos acordados no plano estratégico do CIP – Centro de Integridade Pública.

ERNST & YOUNG, LDA



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

A Direcção do
CIP - CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

“PROJECTO – JOINT FUNDING ARRANGEMENT”

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do CIP – Centro de Integridade Pública, para o “Projecto – Joint Funding Arrangement”, financiado pelos seguintes parceiros: Swiss Agency for Development and Cooperation (SDC),

Parceiros



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Swiss Agency for Development and Cooperation SDC



INTERNATIONAL BUDGET PARTNERSHIP
Open Budgets. Transform Lives.



Koninkrijk der Nederlanden



Department for International Development



Education for development



DANIDA



PROGRAMA DE ACCES PARA UMA GERAÇÃO MELHOR E RESPONSÁVEL



SUÉCIA



ROYAL NORWEGIAN EMBASSY



ROYAL DANISH EMBASSY IN MAPUTO